



ISSN: 2310-0036

Vol. 15 | Nº. 1 | Ano 2024

Rui Paulino Taula

Universidade Católica de Moçambique
thaulane@gmail.com

Bruno F. Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança
bruno.goncalves@ipb.pt



Rua: Comandante Gaivão n° 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

O ensino superior em moçambique: um olhar sobre os desafios do ensino à distância no contexto actual, caso do ISA

Higher education in Mozambique: a look at the challenges of distance learning in the current context, the case of ISA

RESUMO

A rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação no mundo, nos últimos anos, obrigou a um crescimento espontâneo das várias formas, modalidades e sistemas de ensino. O uso das tecnologias de informação e comunicação no contexto educacional Moçambicano, levou a que as Instituições de Ensino Superior nacionais desenvolvessem competências digitais o que originou o desenvolvimento e expansão da sua rede e abrangência. O objectivo do presente artigo é discutir como as Instituições de Ensino Superior moçambicanas lidam com o Ensino à Distância, fazendo uma radiografia ao contexto actual, buscando perspectivar o futuro, com base na evolução das tecnologias de informação e comunicação e outros intervenientes no processo dentre os quais, o papel do Estado e a sua acção através dos instrumentos de regulação e de expansão da rede tecnológica e de Internet, na extensão nacional, visando o desenvolvimento do sector. A metodologia foi baseada na pesquisa bibliográfica e documental sobre o Ensino Superior em Moçambique, no geral, e especificamente, sobre o Ensino à Distância, caso do Instituto Superior Aberto da Universidade Politécnica. O resultado a que se chegou permite, de forma lúcida, constatar que há um logo caminho a percorrer para a efectivação do Ensino à Distância em Moçambique, o que passa pela criação de políticas e de um modelo nacional sustentável, pois, não se pode querer ambicionar um Ensino à Distância de qualidade com as várias instabilidades políticas, sociais existentes e de infraestrutura energética e tecnológica.

Palavras-chave: Ensino à Distância, Instituições de Ensino Superior, tecnologias de informação e comunicação, Universidade Politécnica, Moçambique.

Abstract

The rapid evolution of Information and Communication Technologies in the world, in recent years, has forced a spontaneous growth in the various forms, modalities and systems of education. The use of information and communication technologies in the Mozambican educational context led national Higher Education Institutions to develop digital skills, which led to the development and expansion of their network and scope. The objective of this article is to discuss how Mozambican Higher Education Institutions deal with Distance Learning, taking an x-ray of the current context, seeking to envision the future, based on the evolution of information and communication technologies and other stakeholders in the process among the which, the role of the State and its action through instruments of regulation and expansion of the technological and Internet network, nationwide, aiming at the development of the sector. The methodology was based on bibliographic and documentary research on Higher Education in Mozambique, in general, and specifically, on Distance Learning, such as the High Open Institute of the Polytechnic University. The result achieved allows, in a lucid way, to see that there is a long way to go towards the implementation of Distance Learning in Mozambique, which involves the creation of policies and a sustainable national model, as one cannot aim to quality Distance Learning with the various existing political, social and energy and technological infrastructure instabilities.

Keywords: Distance Learning, Higher Education Institutions, information and communication technologies, Polytechnic University, Mozambique.

1. Introdução

O Ensino à Distância (EaD), nos tempos que correm, tem sido a alternativa e preocupação dos estados para a expansão do ensino, no geral, a nível regional, nacional e internacional, o que obriga ao acesso e interacção de diversos intervenientes, através das tecnologias de comunicação e informação (TIC).

Ainda sobre o EaD, Karpinski *et al* (2017) referem que ele é usado no Ensino Básica, no Ensino Superior e em universidades abertas, virtuais e até para treinamento por instituições governamentais, cursos de capacitação e autodidáticos, entre outros.

Moçambique, não podendo ignorar esta tendencia global, não deixou a oportunidade passar-lhe, pelo que, pesquisas realizadas, a par do fortalecimento da imagem e identidade das Instituições de Ensino Superior (ES), há e sempre houve uma preocupação clara de expansão e investimento nesta área e modelo de ensino.

Discutido por Lima (2015, p. 9), a ideia de que as organizações devem sustentar a sua própria existência e melhorar a vida daqueles com os quais se relacionam faz com que, sob o ponto de vista estratégico, a necessidade de expansão para as outras formas mais acessíveis e tecnologicamente menos custuosas sejam a opção para o investimento a médio e longo prazo, mesmo porque sob o ponto de vista da economia de escala, há maior possibilidade de ganho, pois o EaD o permite.

As Instituições de Ensino Superior (IES) regem-se por padrões de gestão e de legislação nacional e por outros, de qualidade e competitividade nacionais e internacionais tendendo para o acompanhamento do que se tem feito globalmente.

A presente pesquisa tem como objectivo principal o de procurar compreender como as instituições de ES Moçambicanas lidam com o EaD. Constituem questões de investigação as seguintes:

- Como as TIC tem estado a influenciar o Ensino Superior, particularmente o EaD em Moçambique?
- Quais os grandes paradigmas de desenvolvimento e expansão nacional?
- Quais os desafios e ambições?

A metodologia adoptada para a elaboração do presente artigo foi a pesquisa bibliográfica por possibilitar a busca de novos conhecimentos baseados em livros, artigos científicos e outro material relacionado ao objecto de análise segundo Angrosino (2009) dissertando sobre os aspectos de Ensino Superior em Moçambique, tendo em conta a acessibilidade da informação relevante para o estudo.

2. Revisão Da Literatura

2.1. O Ensino Superior em Moçambique

O Ensino Superior em Moçambique vem de um processo de evolução longo, analisado sob o ponto de vista da data de independência (celebrada no dia 25 de Junho de 1975), que marcou o fim da dominação colonial portuguesa.

Em Moçambique, o Ensino foi sempre marcado pela questão de acesso, distribuição das instituições a nível regional e pelo papel que estas instituições desempenham na criação da cidadania e do papel social dos Moçambicanos no dia-a-dia e na discussão dos grandes temas nacionais.

A fase pós-independência, iniciada em 1975, foi marcado por vários momentos dentre os quais a guerra de desestabilização que durou dezasseis anos, iniciada um ano após a independência, pela implementação dos programas de desenvolvimento e de reestruturação económica, tal como o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e, posteriormente, o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), em meados de 1987, e pelo fim do sistema monopartidário que culminou com a alteração da constituição em 1990.

O actual Sistema de Ensino Superior Moçambicano é resultante de várias transformações ocorridas ao longo dos quase cinquenta anos de independência, entretanto, dois períodos de transformação se distinguem, designadamente, o primeiro que vai de 1975 ao início dos anos noventa e o segundo que inicia em meados dos anos 90 até aos dias de hoje.

O primeiro período, pós-independência, é caracterizado pela existência de Instituições de Ensino Superior públicas, nomeadamente:

- A **Universidade Eduardo Mondlane** (UEM), desde 1975, que começou por ser, em 1962, Estudos Gerais e Universitários de Moçambique (EGUM), criado a partir do Decreto 44.530 de 21 de Agosto de 1962, posteriormente, tornado Universidade de Lourenço Marques (ULM) por Decreto-Lei 43.799 de Dezembro de 1968;
- A **Universidade Pedagógica** (UP), criada em 1985, através do despacho Ministerial Nº. 73/85 do Ministério do Ensino;
- O **Instituto Superior de Relações Internacionais** (ISRI) criado em 1986, através do Decreto Nº. 1/86 de 5 de Fevereiro do mesmo ano, e convertido em Universidade Joaquim Chissano, através do Decreto 85/ 2018, em 2018.

Nesta fase, o acesso ao Ensino Superior era realizado sem grandes limitações aos cursos e programas oferecidos por estas instituições.

Entretanto, com a aprovação da Lei do Ensino Superior (Lei Nº. 1/93 de 24 de Junho) que pretendia regular a actividade de Ensino Superior em Moçambique, resultante da aprovação de criação, pelo Parlamento Moçambicano, do Conselho Nacional do Ensino Superior, em 1993, com a função de aconselhar o Conselho de Ministros, permitiu a abertura de espaço para a criação e surgimento de Instituições de Ensino Superior Privadas.

Portanto, é neste período, o segundo, iniciado em 1995, em que são criadas as primeiras IES privadas Moçambicanas, enquadradas na nova realidade de economia de mercado, resultando, assim no surgimento das seguintes IES, privadas:

- A **Universidade Católica de Moçambique** (UCM), criado através do Decreto Nº. 43/95, de 1995;
- A **Instituto Superior Politécnico e Universitário** (ISPU), criado através do Decreto 44/95 de 1995, convertida em Universidade Politécnica em 2007, através do Decreto Nº. 42/ 2007, de 2007;
- A **Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique** (ISCTEM), através do Decreto Nº. 46/96, de 1996.

Conforme os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)¹, publicados na sua página oficial na Internet, existiam em 2023, um total de 53 IES dos quais, 22 (41.51%) públicas, e 31 (58.49%) privadas.

Sendo os desafios do Ensino Superior em Moçambique uma questão de constante discussão, segundo Noa (2018, p. 39) são então cinco os aspectos que devem ser tidos em consideração, designadamente:

- **A Sustentabilidade** – com relação a forma como as IES buscam financiamento para a realização das suas actividades;
- **A Expansão, acesso e equidade** – com relação rácio da população universitária que é baixo, aos desníveis na expansão e no acesso entre as diferentes regiões do país e, por fim, a enorme desigual do género;
- **A qualidade** – baseada na cultura de qualidade buscando credibilidade envolvendo o Conselho Nacional de Acreditação e Qualidade (CNAQ), as IES, o mercado de trabalho e a sociedade no geral;
- **Flexibilidade, inovação e empreendedorismo** – relativa a necessidade de olhar para o ambiente de forma estratégica, promovendo a capacidade de antever os cenários associados à dinâmica procurando reinventar, sempre, aplicando o conceito de empreendedorismo institucional;
- **Cooperação e internacionalização** – relativa a busca de parceiros de cooperação internacional, o que permite o acesso a financiamentos, tecnologia e capacitação de quadros ao nível de pós-graduação, principalmente.

A breve trecho, os elementos apresentados neste ponto servirão para caracterizar e elaborar os termos que permitem a discussão relativa à questão de expansão e da necessidade das TIC no Ensino Superior tendo como base o modelo de EaD, em visível “crescimento” em Moçambique, mas com algum dificuldade de operacionalização visível.

O grande desafio passa por analisar a forma como é desenvolvida esta modalidade de Ensino, os meios necessários e as políticas em vigor para a regulamentação, taxaço e de acesso aos demais usuários, que constituem uma maioria, de forma eficiente e eficaz.

2.2. O enquadramento do ensino baseado no EaD nas Instituições de Ensino Superior

A necessidade de estabelecimento do Ensino à Distância em Moçambique vem desde a época da luta de libertação nacional. De acordo com Mombassa & Arruda (2018, p. 649), o Ensino durante a fase do Movimento de Libertação Nacional de Moçambique, foi visto como o “mecanismo-chave” para a conquista da independência, pois, conforme as orientações do 3º Congresso da FRELIMO, em 1977:

“... a FRELIMO, ao analisar a questão do acesso ao ensino, deu orientações para estudar até 1979 as condições para o estabelecimento de um centro nacional de ensino por correspondência que utilize também a radiodifusão. Já havia pessoas que faziam cursos por correspondência, principalmente com instituições portuguesas, mas

¹ <https://www.mctes.gov.mz/instituicoes-de-ensino-superior/> (consultado em 30/03/2023)

isto implicava a transferência de valores em divisas, e com a agudização da crise económica no país, decidiu-se cortar essas transferências, interrompendo assim, quase completamente, esta modalidade de estudo...” (Mombassa & Arruda, 2018, p. 649).

Portanto, como se pode depreender, o EaD sempre foi preocupação para Moçambique desde os primórdios da sua independência.

Entretanto, foi depois da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), que guerra dos 16 anos chegou ao fim, portanto, em 1992. Foram criados projectos de desenvolvimento para responder aos grandes dilemas nacionais dentre eles os elevados níveis de analfabetismo, que em 1975 situava-se nos 93% e mais recentemente, em 2015, em 44.9%².

Foi neste âmbito que, reconhecendo a necessidade e interesse dos Moçambicanos em formarem-se para participarem activamente na construção do Estado Independente e intelectualmente próspero, que a educação passou a ser prioridade do país.

Foi neste âmbito que, segundo Mário & Nandja:

“... Moçambique ratificou vários documentos internacionais comprometendo-se a envidar esforços para que o ensino seja preponderante. Dentre esses documentos podemos citar a Declaração de Jomtien, o CONFINTEA, a Declaração Mundial sobre Ensino para Todos (Dakar) e a Declaração Mundial sobre População e Desenvolvimento. Face a estes compromissos, todos eles englobando a componente de Ensino de adultos como um objectivo a prosseguir, e na sequência da implementação do primeiro programa quinquenal do Governo em tempo de paz, estabilidade e reconciliação nacional, verifica-se um ressurgimento, a nível nacional, do ensino de Adultos, tanto na esfera formal como não-formal. Este ressurgimento preconiza a intensificação do investimento na alfabetização de adultos e promove uma maior visibilidade deste sector...” (Mário & Nandja, 2005, p. 2).

Como se pode depreender, a necessidade de educação e, conseqüente expansão, foi sempre priorizada pelo Estado Moçambicano. Entretanto importa para o presente estudo, perceber como os vários mecanismos para a efectivação do mesmo, ao nível do Ensino Superior, foi sendo direccionado.

Da informação colhida, no âmbito da pesquisa, os resultados indicam que o EaD funcionava sem directrizes instituídas, formais e sem infraestruturas próprias para atendê-lo. Foi a partir dos anos 2000, que segundo Mombassa & Arruda (2018, p. 652), houve o despertar da necessidade de organização da área da ciência e tecnologia pelo Estado Moçambicano.

É criado, por esta via o Ministério de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia (MESCT), que dentre as várias atribuições era de sua responsabilidade responder pela formulação de políticas e estratégias de Ensino à Distância, em Moçambique.

Com apoio de consultores internacionais o MESCT formulou a política e a estratégia da introdução do Ensino à Distância em Moçambique, e o documento com alguns projectos-piloto inclusos (que dependia a 90% de financiamento internacional), foi discutido no Conselho de Ministros em 2001, em que a Comissão responsável pelo desenho e concepção do mesmo,

² Fonte: <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/902-indices-de-analfabetismo-continuam-preocupantes-em-mocambique> (consultado em 05/04/2023)

recebeu a tarefa de ampliar o seu trabalho para abranger todos os níveis da educação, do primário ao superior, incluindo a educação não formal (Neeleman & Nhavoto, 2003, p. 5). Mombassa & Arruda (2018, p. 652) sublinharam dois possíveis modelos para a gestão de um sistema de educação à distância, nomeadamente:

- As das instituições de autonomia total, que decidem oferecer cursos à distância; e
- A criação de uma instituição, independentemente das já existentes, responsável pela gestão de infraestruturas, planificação, desenho curricular, elaboração de materiais, registo, supervisão, avaliação e pela certificação dos alunos do Ensino à Distância.

É, neste contexto, que é criado o Instituto Nacional de Educação à Distância (INED), através do Boletim da República Nº 5/2017 de 29 de junho de 2017, instituição pública que dentre as várias funções compete-lhe coordenar, acreditar e regular o Ensino à Distância, no âmbito do Sistema Nacional de Educação (SNE) deixando a produção dos cursos, fundamentalmente, a cargo das Instituições de Ensino existentes (Neeleman & Nhavoto, 2003).

Segundo os dados do INED de 2023, existiam em Moçambique 10 Instituições de Ensino à Distância, conforme discriminado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Instituições de Ensino Superior de EaD de Moçambique

Nº.	INSTITUIÇÃO	SIGLA	NATUREZA	Nº. DE CURSOS E PROGRAMAS	
				Licenciatura	Mestrado
1	Universidade Eduardo Mondlane	CEND	Pública	3	3
2	Universidade Pedagógica de Maputo	UP	Pública	7	0
3	Universidade Wutive	UniTiva	Privada	2	0
4	Universidade Católica de Moçambique (UCM)	UCM	Privada	12	1
5	Universidade Aberta ISCED	UnISCED	Privada	20	4
6	Universidade Politécnica	ISA	Privada	6	0
7	Instituto Superior de Educação e Tecnologia /One Word University	ISET /OW	Privada	3	1
8	Instituto Superior Dom Bosco	ISDB	Privada	8	0
9	Instituto Superior Monitor	ISM	Privada	13	3
10	Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças	ISGECOF	Privada	0	2

Fonte: Instituto Nacional de Educação à Distância de Moçambique - INED (2023)³

Conforme se pode depreender a partir dos dados da tabela acima, as IES que trabalham no Ensino à Distância são poucas e pelo número de cursos e programas que oferecem, tem muito trabalho pela frente, em todos os sentidos, comparado às Instituições de Ensino Superior cujos cursos e programas são oferecidos presencialmente.

Estas eram as atribuições do INED até a publicação da Lei Nº. 1/2023, que estabelece o regime jurídico do Subsistema do Ensino Superior e revoga a Lei N.º 27/2009. Basicamente este documento retira ao INED, a partir da data de sua publicação, o poder e as competências a si

³ <https://www.ined.gov.mz/instituicoes-e-cursos-acreditados/> (consultado em 13/04/2023)

adistritas e que passam a ser assumidas pelo MESCT, ficando o INED apenas com a gestão dos programas e ensino médio, secundário geral e técnico.

2.3. A Digitalização das IES

Para a sua conectividade, as IES têm na opção da comunicação digital uma das formas de integração do enorme exercício que caracteriza as suas actividades e a oferta dos diversos serviços de cursos, na relação entre si e seus públicos (funcionários, estudantes, encarregados, parceiros e *stackholders*, no geral), num contexto da existência e da rápida evolução da oferta das mais variadas soluções de tecnologia digital.

Pode-se entender que a informação digital nas IES assenta, basicamente, na facilitação de acesso à informação institucional e no acesso da informação necessária para o processo de ensino e aprendizagem, envolvendo os usuários destes serviços.

A imigração do analógico para o digital tem estado a permitir, com alguma seriedade, o aproveitamento do potencial da informação tanto no Ensino Presencial como no Ensino à Distância mediante o uso e disponibilização de documentos não estáticos e com recursos naturais de navegação, o que tem estado a contribuir para o aumento da capacidade intelectual humana.

Conforme a informação sobre a Iniciativa de Transformação Digital com África, datada de Dezembro de 2022, resultante do Fórum de Negócios EUA-África, em Washington, o presidente Joe Biden anunciou o lançamento de uma iniciativa de expansão do acesso digital, alfabetização e fortalecimento de ambientes digitais facilitadores em toda a extensão do continente Africano, apoiado em 3 pilares, nomeadamente⁴:

- **Economia Digital e Infraestrutura:** relacionado à expansão da Internet aberta, a adopção de tecnologia, plataformas digitais e facilitação do investimento e comércio da diáspora africana;
- **Desenvolvimento do Capital Humano:** relacionado à facilitação do acesso, participação e no fortalecimento da capacidade dos funcionários do sector públicos para o fornecimento de serviços digitais;
- **Ambiente Digital Propício:** relacionado ao patrocínio de políticas e regulamentos digitais que promovam a renovação e investimento, bem como, fortalecer a capacidade dos processos de regulação visando a consolidação dum ecossistema digital aberto (*FACT SHEET: New Initiative on Digital Transformation with Africa, 2022*).

Portanto, há um reconhecimento claro da necessidade de promoção da expansão digital de África, entretanto as bibliotecas digitais continuam sendo a ponte para o desenvolvimento desta integração.

As bibliotecas digitais, órgão universitário encarregue de prover o suporte de informação, foram as que mais evoluíram com a construção de estruturas básicas que servem de apoio sob todos os aspectos a geração, manutenção e disponibilização da informação, baseada no formato digital Gonzalez *et al* (2001, pp. 101-102).

⁴ <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/12/14/fact-sheet-new-initiative-on-digital-transformation-with-africa-dta/>

Gonzalez *et al* (2001) debruçando-se sobre a questão de importância do acervo digital, salientam que é de extrema importância a criação de uma cultura de digitalização que respeite os seguintes aspectos:

- I. Salvaguarda dos aspectos legais, relativo aos direitos de autor, na perspectiva de viabilização de criação do acervo digital próprio como na partilha do mesmo com outros;
- II. A contemplação de mecanismos de pesquisas necessárias e eficientes, tendo em conta a quantidade e diversidade documental;
- III. A contemplação de um sistema de partilha de documentos digitais pelos usuários o que pode permitir maior facilidade de negociação dos direitos autorais.

O desenvolvimento das TIC, tem influenciado significativamente a forma de estar actual da humanidade e a forma como as IES tem estado relativamente a questão tecnológica e de partilha de informação.

No caso de Moçambique, segundo Mateus *et al* (2021, p. 116), mesmo existindo uma agenda digital, não foi possível, ainda identificarem-se planos de acções concretos para a inclusão e literacia digital. O processo de implementação das políticas e das estratégias aprovadas para a inclusão, não apresentam planos de acções desenvolvidos neste âmbito, o que até certo ponto serve de elemento para justificar o actual estágio, comparativamente a outros países, tal é o caso de Portugal.

Há falta de políticas claras de desenvolvimento e inclusão digital o que nos leva a uma constatação preocupante sobre o que se disponibiliza para o acesso e consulta nos diversos bancos de dados existentes um pouco por toda a parte. A informação é tanta que, possivelmente, origina uma sobrecarga de dados gerados pela facilidade de acesso.

Entretanto serão os mesmos de qualidade relevante? A resposta a esta questão caberá às IES, pois elas tem a função de prover e disseminar o conhecimento de forma estruturada e cientificamente objectiva, até certo ponto produtos de estudos actuais e que respeitam algum rigor de construção produção científica.

Outra questão relevante, prende-se a enorme dependencia de Moçambique reactivamente a sua capacidade de financiar iniciativas de desenvolvimento estruturais e de concepção da sua capacidade tecnologica, pois todo e qualquer esforço nesse sentido depende do apoio externo e de financiamentos diverso, o que tem estado a limitar o desenvolvimento e expansão da qualidade e manutenção do pouco que foi instalado até ao momento.

A adequação dos recursos educacionais digitais e a sua integração às metodologias pedagógicas pelas IES, de forma inovadora e inclusiva, serão parte da estratégia de integração e de revolução neste sector, pois eles permitirão a integração e acesso do maior número possível de intervenientes dependendo do grau e nível de vulnerabilidade, concorrendo para a “inclusão” mesmo existindo limitações das diversas formas e especies.

É sobre estas limitações e obstáculos centrados, basicamente, nas infraestruturas, manutenção, mão-de-obra técnica qualificada e a falta de preparo para lidar com equipamentos por parte dos usuários e as restrições de acesso à Internet (na maioria das vezes), no caso de Moçambique, onde ele é instável ou inexistente, entretanto com maior concentração nos grandes centros urbanos (Romaniuk, 2019).

Portanto, Vieira & Cruz (2022) sugerem que:

“... É preciso competência para educar-se continuamente em acompanhar a dinâmica da atualidade; domínio da informática para evitar subutilização e/ou supervalorização, aversão e/ou endeusamento dos recursos disponibilizados por ela; disposição para estudar tendo em vista a necessidade de educação continuada e ‘conquista’ das ferramentas computacionais; capacidade de ousar para quebrar as amarras das especificidades das formações educacionais tradicionais; cumplicidade com o educando para estabelecer parcerias na busca por soluções e construções; criatividade para fazer jus ao adjetivo humano e avançar além de cópias de reproduções para criações e aperfeiçoamentos contínuos; e habilidade para socializar ‘saberes’ e fazeres com o intuito de garantir o desenvolvimento da coletividade...” Vieira & Cruz (2022, pp. 94-95).

2.4. Implementação da Educação à Distância nas IES: o caso do ISA d’A POLITÉCNICA

A Universidade Politécnica (A POLITÉCNICA), é uma instituição de Ensino Superior, privada, sediada na Cidade de Maputo que surgiu da transformação do Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), através do decreto Nº. 42/2007 de 5 de Outubro de 2007, em universidade. Esta Universidade, é propriedade da Sociedade Instituto Politécnico Superior Limitada (IPS, Lda.), constituída em 1 de Setembro de 1994, pelo pacto social publicado no Boletim da República Nº. 31 – III Série, de Julho de 1996, e possui a sua sede na Cidade de Maputo.

Esta Universidade, está presente nas três principais regiões de Moçambique (Centro, Norte e Sul), nomeadamente, nas províncias de Maputo, Zambézia, Tete e Nampula. Actualmente, conta com 17 Cursos de Licenciatura, 6 Cursos de Pós-Graduação e, está organizada em Unidades Orgânicas Estruturantes e Direcções Transversais que respondem ao Reitor, que é assessorado por um Vice-Reitor e outros órgãos colegiais.

Em 2004, dada a oportunidade e condições estruturais permitidas pela conjuntura política e social, na área de educação, a Universidade Politécnica criou a Escola Superior Aberta (ESA) posteriormente, convertida em Instituto Superior Aberto (ISA), em 2017.

Este Instituto tem a missão de proporcionar acesso ao Ensino à Distância aos cidadãos moçambicanos através de tecnologias apropriadas que permitam aos estudantes estudarem em qualquer momento e em qualquer lugar⁵.

2.4.1. Da análise do ISA às principais constatações contextuais e de mercado

As actividades de Ensino e Aprendizagem no ISA decorrem em ambiente virtual, baseado em contactos telefónicos e de envio e recepção de mensagens normais (e via *WhatsApp*), pela Internet (via *e-mail*) e pela plataforma digital de Ensino e Aprendizagem designada por *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE).

Este último, por ser um *software* que permite a criação de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), e por ser a base para as actividades das IES enumeradas na Tabela 1, incluindo o ISA, ele pode ser usado para ter as mesmas funcionalidades de uma sala de aulas, mas no contexto virtual (*online*) permitindo ao professor partilhar material didáctico para con-

⁵ <http://www.apolitecnica.ac.mz/isa/> (consultado em 13/09/2023)

sulta, *upload* e *download*, lançamento de tarefas, provas interactivas, fóruns, *chat* e outras funcionalidades que dependerão do objectivo pretendido e a ser alcançado.

É importante frisar que no processo de aprendizagem, os estudantes podem navegar e assimilar o conhecimento, fazendo o seu próprio cronograma e plano de aprendizagem de acordo com as preferências e habilidades individuais (Kukartsev *et al*, 2018).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2024; pp. 69-74), d'A POLITÉCNICA, tendo como principal objectivo fazer face a procura e oferta de cursos no modelo EaD, foram estabelecidos para o ISA cinco objectivos, nomeadamente:

Aumentar o índice de cobertura da rede de Ensino à Distância d'A POLITÉCNICA e a rede de cooperação nacional e internacional;

- Aumentar o número de estudantes matriculados nos cursos de graduação;
- Aumentar a relação entre docentes a tempo inteiro e docentes em regime parcial;
- Aumentar a carteira de cursos oferecidos e a qualidade de serviços via dispositivos de acesso pelos estudantes, aos materiais de ensino e mobilidade interna;
- Aumentar a acessibilidade dos materiais disponibilizados pelos Centros de Recursos e a qualidade da formação oferecida.

Portanto, a ambição apresentada nos cinco pontos anteriores, para este período, estão em curso apesar dum ligeiro atraso, motivado essencialmente pela Pandemia da Covid-19 que originou interdições na livre circulação de pessoas e bens e, conseqüente declaração do estado de emergência e de recolher obrigatório, de 2020 a 2022.

Operando num mercado bastante competitivo e com limitações de infraestruturas tecnológicas, o ISA tem estado a apoiar-se da boa localização das outras unidades orgânicas estruturantes da Universidade Politécnica, localizadas em quatro províncias (Zambézia, Tete, Nampula e Maputo) o que permite que os seus estudantes usufruam de assistência e acompanhamento na disponibilização de serviços administrativos e de acesso à rede de Internet na Universidade. Outro elemento importante a destacar, são disponibilizados aos estudantes materiais didácticos de forma digital (guias de estudos) estruturados, basicamente, em unidades de aprendizagem elaborados por especialistas da área de conhecimento e que estruturam os conteúdos do módulo de forma que possibilitam ao aluno adquirir os conhecimentos e competências para a sua autonomia de estudo, durante o processo de aprendizagem.

3. Metodologia de Investigação

Para o desenvolvimento do presente estudo aplicou-se o método de pesquisa bibliográfica que consistiu na busca e leitura livros, de artigos científicos e outros documentos oficiais, publicados.

A busca, identificação e análise de documentos e artigos científicos com as políticas, normas, leis e projectos de desenvolvimento das TIC em Moçambique, o âmbito da sua aplicação no contexto real, portanto, nas IES vocacionadas para o EaD, constituiu a prioridade da nossa abordagem.

A pesquisa bibliográfica realizada, permitiu recolher informações relacionadas ao tema discutido no presente artigo, relativamente ao Ensino Superior em Moçambique, com maior ênfase ao Ensino à Distância. Alyrio (2009) sustenta que a pesquisa bibliográfica é importante, pois compreende a identificação, localização, compilação e a organização das informações e ideias importantes para o alcance do que se pretende investigar.

Por sua vez, Fonseca (2002) argumenta que a pesquisa ao ser realizada usando meios de coleta de informações teóricas verificadas e publicadas nas diversas plataformas, físicas ou digitais, permite obter as informações necessárias para a realização da pesquisa, no caso sobre o passado e presente do Ensino à Distância em Moçambique, sendo o estudo de caso centrado na Universidade Politécnica (ISA).

O estudo de caso, segundo YIN (2010), é uma pesquisa empírica que examina de forma abrangente um fenómeno social actual, que acontece dentro de um contexto de vida real, principalmente quando a separação entre o contexto e o fenómeno não se apresentam de forma clara.

No início, foi realizada uma pesquisa para compreender os contornos do Ensino Superior em Moçambique, no geral, e mais adiante sobre o Ensino à Distância.

Da informação colhida, foi possível identificar o percurso histórico do Ensino Superior Moçambicano, no período antes e depois da independência, o número de instituições públicas e privadas em funcionamento, no âmbito do EaD, em particular.

Relativamente ao ISA, nosso caso de estudo, o instrumento base de consulta usado foi o Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2024), que serviu de elemento chave e de apoio para a pesquisa, a informação disponibilizada no sítio da universidade e de outros documentos publicados.

Foi feita uma consulta ao sítio da Universidade Politécnica⁶, do qual o ISA é parte e, as diversas plataformas usadas por estes, nomeadamente, de gestão académica e financeira (UNIMESTRE⁷), de apoio ao processo de ensino e aprendizagem (MOODLE⁸), de divulgação e informação o que permitiu conhecer melhor como este instituto se enquadra no meio e no mercado de EaD, em Moçambique.

Os dados recolhidos, possibilitaram aprofundar mais o conhecimento que tínhamos sobre o ISA e o âmbito de desenvolvimento das suas actividades, em Moçambique.

4. Discussão de Resultados

As políticas de responsabilidade do Governo Moçambicano aprovadas no âmbito da instalação e expansão do acesso dos nacionais à educação superior, mostram que não são o bastante para se criar e garantir a inclusão digital de todos, e conseqüente aumento da rede de intervenientes no processo de ensino, pois é necessário que na mesma medida, se desenhem planos e programas de acção, semelhantes aos encontrados em outros modelos de EaD.

Tais planos e programas, devem estar no quadro geral das prioridades nacionais para o acesso e a massificação do EaD. Os diversos impedimentos sociais e económicos exigem que, os pla-

⁶ <http://www.apolitecnica.ac.mz/>

⁷ <http://academico.apolitecnica.ac.mz/>

⁸ <http://esa.ac.mz/>

nos e as estratégias de gestão governativa, sejam realistas e se enquadrem no contexto nacional e das necessidades actuais.

Sendo o EaD uma das alternativas para a inclusão do maior número possível de indivíduos com necessidades de formação superior, por possibilitar a aquisição de conhecimento e a capacidade de aprendizagem ao longo da vida, devem ser encarados como um aliado estratégico para o desenvolvimento do país, criando políticas públicas adequadas e infraestruturas de suporte igualmente adequadas.

Moçambique não pode abster-se de investir e crescer neste âmbito, pois o futuro intelectual, profissional, científico, académico e de investigação dependem da forma como são desenhadas as políticas de desenvolvimento no âmbito da educação nacional, daí o papel importante que as IES privadas têm na alavancagem, diversificação e disseminação das mais diversas formas e modelos de EaD, em crescimento no país e no mundo.

Reconhecendo a importância deste importante veículo, a Internet, o MCTES promoveu, em 2021, a 1ª edição do Fórum de Governação da Internet em Moçambique 2021, cujo lema foi “Por uma Internet acessível e inclusiva”⁹. A busca de consensos e partilha de ideias para o desenvolvimento de políticas e de estratégias de transformação digital, foi o epicentro deste evento. Resultou daí, o reconhecimento da necessidade urgente da criação de um programa de alfabetização digital e a expansão da corrente eléctrica nas zonas rurais.

O ISA sendo parte deste processo, embora não tenha as mesmas condições que as IES públicas, tem conseguido estar activamente oferecendo e gerindo os seus diversos estudantes a nível nacional, entretanto, as questões de infraestrutura tecnológica, no geral, condicionam as actividades de EaD em Moçambique.

O elevado custo da Internet e da electricidade face o encarecimento da vida e expansão deficiente da rede eléctrica em Moçambique, pode constituir, até certo ponto, um empecilho para o desenvolvimento natural do EaD, pois a medida que nos vamos afastando dos centros urbanos mais difícil fica manter-se conectado com alguma qualidade razoável.

De acordo com o Relatório de rastreamento ODS7 (Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 7) constante do relatório sobre a Situação de Acesso à Energia em Moçambique¹⁰, “o país está entre os 20 países com défice de acesso à electricidade desde o período de 2010 a 2019”. Não só em Moçambique, como na maioria dos países africanos, este relatório sustenta que não mais de 5% da população tem acesso à tecnologia e combustível de cozinha.

Entretanto, embora esteja a aumentar o número de Moçambicanos com acesso à energia eléctrica, o ODS7 indica que actualmente cerca de 17.5 milhões de Moçambicanos ainda não têm acesso a electricidade.

Portanto, vai haver necessidade de, numa forma sistémica, desenvolverem-se políticas e processos integrados visando permitir que todos os intervenientes tenham a oportunidade e vantagens que o EaD oferece. No entanto, até que tal seja possível, será necessário que Moçambique repense nos modelos actuais de gestão educativa, políticas e a questão da infraestrutura tecnológica e de serviços associados.

⁹ [https://www.intic.gov.mz/relatorio-do-forum-de-governacao-da-internet-em-mocambique-2021/\(consultado](https://www.intic.gov.mz/relatorio-do-forum-de-governacao-da-internet-em-mocambique-2021/(consultado) no dia 20/09/2023)

¹⁰ https://energypedia.info/wiki/Situa%C3%A7%C3%A3o_de_Acesso_%C3%A0_Energia_em_Mo%C3%A7ambique#Introdu.C3.A7.C3.A3o (consultado no dia 20/09/2023)

Se não forem acauteladas, todas as necessidades anteriormente identificadas, os constrangimentos tenderão a manter-se e os números actuais de IES privadas no EaD, manter-se-ão também. Pois, é sabido que, as IES públicas têm as suas actividades patrocinadas pelo orçamento geral do Estado Moçambicano. Existe, portanto, uma concorrência desleal, sabendo-se que o investimento em infraestruturas tecnológicas são de elevado custo e não é proporcional para todos.

Independentemente dos objetivos estratégicos de cada instituição, é necessário que exista uma agenda nacional de desenvolvimento para a disseminação do conhecimento.

Sem a expansão e disseminação eléctrica e tecnológica, o EaD poderá ser um modelo a seguir para alguns privilegiados e não para uma maioria com necessidades de formação concreta, de nível superior.

A busca por melhores modelos e sistemas de oferta, no âmbito do EaD, pode ser o caminho mais acertado independentemente da instituição e da sua localização. Mas é facto, que as TIC tem um papel de grande relevância neste processo daí a necessidade de tornar acessível para a maioria.

5. Considerações Finais

Ficou claro com os diversos argumentos apresentados no presente estudo que as TIC tem estado a influenciar o ES, particularmente o EaD. Em Moçambique, desde os primórdios da luta de libertação nacional, os grandes paradigmas de desenvolvimento e expansão nacional estão ligados à história e aos acontecimentos actuais.

O nível de escolaridade baixo, o desemprego acentuado e a falta de uma política nacional clara de expansão e acesso ao EaD para as camadas mais desfavorecidas, principalmente nas zonas rurais, faz com que este modelo de ensino pareça elitizado, por permitir que uma minoria residente nas cidades e outros centros urbanos e de alguma densidade populacional razoável, tenha acesso.

Daí que os desafios e ambições do EaD em Moçambique, conforme Noa (2018) enumerou, passam por criar um modelo nacional sustentável, pois, não se pode querer ambicionar um EaD de qualidade com as várias instabilidades políticas, económicas, de ausência de infraestruturas e sociais, existentes.

Neste contexto é preciso ter-se em conta que Moçambique não é produtor e nem detentor de tecnologias que possibilitem o fácil acesso por parte dos nacionais, aos custos actuais, querendo liberalizar o EaD, o acesso continuaria limitado, pois nem todos tem a capacidade de comprar um computador, ter acesso a uma rede de Internet ininterrupta e uma rede de electricidade de qualidade, sendo que o país continua a basear as suas operações em servidores localizados fora do país.

Portanto, é crucial que exista uma agenda nacional séria e comprometida com o Ensino Superior e o desenvolvimento do EaD, sem distinção do que é público ou privado, porque no final quem irá usufruir serão os Moçambicanos.

Esta agenda, deve reflectir as necessidades e os desafios actuais com perspectivas e impacto no futuro. Não basta que o ministério de tutela desenhe políticas e outros instrumentos de supervisão e controlo no âmbito do ensino e do controlo da qualidade, mas há todo um mecanismo social, cultural e económico que deve estar ao serviço da massificação do Ensino Superior à distância.

Assim sendo, o presente estudo considera que o Ensino Superior baseado no EaD, em Moçambique, tem um percurso longo por trilhar. Às IES privadas, cuja a fonte de receitas depende das cobranças e emolumentos pagos pelos seus estudantes, é-lhes solicitado que concorram com as instituições públicas, cujas actividades e orçamentos são patrocinados pelo Estado, situação que até certo ponto prejudica o seu desempenho.

Referências Bibliográficas

- Alyrio, R. D. (2009). **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.
- Angrosino, M. (2009) **Etnografia e Observação Participante - Coleção Pesquisa Qualitativa**, São Paulo: Editora Artmed.
- Fonseca, J. J. S. (2002) **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila, Fortaleza: UEC, 2002. GIL, A. C. Como elaborar projetos de Pesquisa. 4. ed. Atlas.
- Gonzalez, M. & Filho, O. P. & Borges K. S. (2001). **Informação Digital no Ensino Presencial e no Ensino à Distância**, Ciências da Informação – 30, 101-111.
- Karpinski, J. A., Mouro, N. F. D., Castro, M., Lara, L. F. (2017). **Fatores críticos para o sucesso de um curso em EAD: a percepção dos acadêmicos**. Avaliação, Campinas, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 440-457, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200010>.
- Kukartsev, V., Chzhan, E., Tynchenko, V., Antamoshkin, O., Stupina, A. (2018). **Development of Adaptive E-Learning Course in Moodle System**. SHS Web of Conferences 50, 01091. CILDIAH-2018. Recuperado de: <https://doi.org/10.1051/shsconf/20185001091>. https://articles-stqi5pifr7r1aorvflvyt5xc.booksc.me/dtoken/34667d9d2c849bc8b4a1d94815ffdf26/shsconf_20185001091.pdf (acessado em 14/04/2023).
- Marchiori, M. (2011). **Cultura e Comunicação Organizacional: um olhar estratégico sobre as organizações**. 2. Ed. São Caetano: Difusão Editora.
- Mário, M. & Nandja, D. (2005), **A alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos**. Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2006. *Literacy for Life*. 2006/ED/EFA/MRT/PI/66.
- Mateus, D. L, Ortiz-Repiso, V., Mangué, M. V. (2021). **INCLUSÃO DIGITAL EM PORTUGAL: REFERÊNCIAS PARA A INCLUSÃO EM MOÇAMBIQUE**. Inf. Prof., Londrina, v. 10, n. 3, p. 103 – 121, set./dez. 2021. DOI: 10.5433/2317-4390.2021v10n3p103.
- Mombassa, A. Z. B. & Arruda, E. P. (2018). **História da Educação a Distância em Moçambique: perspectivas atuais e as contribuições do Brasil**. Práxis Educativa. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.13i3.0001. 643-660.
- Neeleman, W.; Nhavoto, A. (2003) **Educação a distância em Moçambique**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, São Paulo, v. 2, p. 1-8, set. Recuperado de:<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2003_Educacao_Distancia_Mocambique_Wim_Neeleman_Arnaldo_Nhavoto.pdf>.
- Nhamire, B. & Mosca, J. (2014). **Electricidade de Moçambique: mau serviço, não transparente e politizada**. Centro de Integridade Pública Moçambique. Maputo. Dezembro. Recuperado de: <https://cipmoz.org/wp->
-

content/uploads/2018/08/339_Relato%CC%81rio_Electricidade_de_Moc%CC%A7ambique.pdf

Noa, F. (2018). **Desafios do Ensino Superior em Moçambique**. COOPEDU IV - Livro de Atas. 33-44.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017-2024): matrizes dos PDI preparados a partir dos PDI das direcções centrais e unidades orgânicas (2017). Vol. 1. Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA.

Forúm de Governação da Internet em Moçambique 2021. Por uma Internet Acessível e Inclusiva. MCTES. Maputo, 03-05 de Novembro. Recuperado de: <https://www.intic.gov.mz/wp-content/uploads/2022/03/01-Relatorio-FGIMz2021-FINAL0231.12.21.pdf>.

Romaniuk, C.(2019). **Tecnologias digitais nas práticas pedagógicas**: aproximação e distanciamento. 2019. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná.

Vieira, E. A. O., Cruz. B. P. T. (2022). **o uso de recursos digitais no ambiente escolar** .LINHA MESTRA, N.48, P.88-102, [HTTPS://DOI.ORG/10.34112/1980-9026A2022N48P88-102](https://doi.org/10.34112/1980-9026A2022N48P88-102), SET.DEZ.

YIN, R. K. (2010). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Bookman.

<http://www.mcm.org.mz/index.php/pt/informacao-institucional> (consultado em 03/04/2023)

Portal do Governo de Moçambique. Recuperado de: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Educacao> (consultado em 11/04/2023).

Portal do Governo de Moçambique. Recuperado de: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Educacao> (consultado em 08/04/2023).

SITUAÇÃO DE ACESSO À ENERGIA EM MOÇAMBIQUE. Energypedia. Mozambique off-grid Knowledge. Recuperado de: https://energypedia.info/wiki/Situa%C3%A7%C3%A3o_de_Acesso_%C3%A0_Energia_em_Mo%C3%A7ambique#Introdu.C3.A7.C3.A3o.

FACT SHEET: New Initiative on Digital Transformation with Africa (DTA). The White House. Briefing Room. Statement and Releases. December 14, 2022. Recuperado de: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/12/14/fact-sheet-new-initiative-on-digital-transformation-with-africa-dta/> (consultado em 27/09/2023).